

MARIGHELLA [WAGNER MOURA]

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.50388>

Carlos Zacarias Figueirêoa de Sena Júnior¹

Título: Marighella (filme)

Diretor: Wagner Moura

País: Brasil

Ano de produção: 2019

Tempo de duração: 2h35m

Filme de estreia como diretor do conhecido ator baiano Wagner Moura, *Marighella* entrou em cartaz no Brasil em 4 de novembro de 2021, 52 anos depois da data exata em que o militante comunista e guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi executado pela repressão. Após um período de participação em festivais internacionais, com uma celebrada estreia no Festival de Berlim, que abriu caminho para as primeiras polêmicas que se estabeleceram no Brasil sobre a obra e o personagem, o filme de Moura enfrentou diversos percalços para que entrasse no circuito comercial, muito especialmente a partir de injustificáveis imbróglios com a Ancine, que não deixou de demonstrar seu desejo de impor censura.

Estreando nos cinemas do Brasil após a tentativa de censura da parte do governo Bolsonaro, através da Ancine, *Marighella* imediatamente alcançou o sucesso, tornando-se, em poucas semanas, o filme brasileiro mais visto de 2021, alcançando perto de 320 mil espectadores em pouco mais de um mês de exibição.² Saudado pela sua qualidade, pela direção firme e pelo elenco de peso, encabeçado pelo cantor e ator Seu Jorge, o filme de Moura atendeu as expectativas do público e da crítica, revelando-se uma obra fundamental para lidar com os tempos sombrios vividos no Brasil desde a ascensão da extrema direita em 2018.

Cobrindo a última fase da vida do dirigente comunista Carlos Marighella, quando este rompeu com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e aderiu à guerrilha, vindo a criar e a dirigir a ALN, a película de Wagner Moura explora diversos aspectos dos últimos e intensos anos da vida do revolucionário baiano. Usando adequadamente as cenas de ação com o recurso da câmara na mão logo na primeira e eletrizante sequência, quando guerrilheiros da ALN interceptam um trem que transporta armas, retirando-as para abastecer a luta armada, o filme logo anuncia suas intenções de prender a atenção do espectador e fugir da pretensa e modorrenta tentativa de explicar o contexto. A cena, que sugere que o diretor aprendeu as lições desde que filmou *Tropa de elite 1 e 2*, de José Padilha, tem a medida certa da tensão que se pretende

atribuir ao momento, que carrega em agilidade e na mensagem subliminar que diz que a luta armada contra a ditadura era, sobretudo, movimento, como pretendiam os guerrilheiros que romperam com o PCB, visto como um partido burocrático e incapaz de enfrentar os desafios da conjuntura.

Apesar das cenas de explosão, dos tiroteios, das perseguições, das prisões e da tortura que atravessam o filme, *Marighella*, entretanto, não é exatamente um filme de ação, mas um convite à reflexão sobre as opções da luta armada e as alternativas buscadas por inúmeros homens e mulheres que partiram para a clandestinidade para enfrentar a Ditadura Militar instaurada no Brasil pelo golpe de 1964. Sem pesar a mão nas cenas de ação ou alternar de modo dúbio o gênero de filme que desejou apresentar, em diversos momentos os dilemas sobre as escolhas feitas pelos revolucionários que pegaram em armas são trazidos à tela, muito especialmente quando Marighella aponta a interdição da participação política que tinha sido imposta pelos militares, deixando como única alternativa a via da luta armada e empunhadura de um fuzil ou uma metralhadora. Moura dá espaço à problematização do tema, seja no momento em que o líder da ALN discute com seus companheiros de organização, seja quando conversa com sua esposa Clara (Charf) em momento íntimo, quando justifica sua ausência a seu filho Carlinhos ou quando é interpelado pelo personagem Jorge (Herson Capri), que é contrário à luta armada.

O filme de Wagner Moura se inspira em alguns dos capítulos da terceira e última parte do livro do jornalista Mário Magalhães, *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo* (2012), com um roteiro, assinado por Felipe Braga e Wagner Moura, que não traz excessos. O filme reproduz, de alguma forma, a narrativa frenética apresentada no livro de Magalhães, mas não pretende substituir a verdadeira história de Marighella, como Moura deixou claro em várias entrevistas. Sobre o personagem, que tem uma trajetória longa como militante e dirigente do PCB antes de incursionar pelo caminho da luta armada, caberia que se fizessem outros filmes, haja vista a limitada cinematografia brasileira a tratar do período da Ditadura Militar. No que se refere a Marighella, que teve uma vida conturbada que se confunde com a história do país ao longo de quase 40 anos, há espaço para muitas outras abordagens. Pela sua qualidade e proposta, contudo, o filme de Wagner Moura é, também, um convite para que se conheça a história do Brasil recente e também para que se leia a obra de Mário Magalhães e os outros títulos que abordam os caminhos da guerrilha, dos comunistas e das lutas do povo brasileiro ao longo do século XX.

Sobre as escolhas que fez, Wagner Moura, em diversas entrevistas que concedeu em 2021, não se cansou de insistir que *Marighella* era um filme principalmente sobre as lutas do presente. Frente a isso, ressalte-se a opção do diretor que escalou Seu Jorge para interpretar o personagem título com o anunciando propósito de destacar que Carlos Marighella, filho do italiano Augusto e da baiana Maria Rita, descendente de negros escravizados da etnia Haussá, era um homem negro. Não obstante, nas fotos conhecidas do personagem, todas elas em preto e branco, a cor da pele de Marighella está longe de parecer com a do ator que lhe interpreta no cinema. Este fato, em meio a tantos debates sobre o racismo e o viés colorista as vezes presentes nos que criticam as lutas dos negros e negras, gerou diversas polêmicas,

inclusive com pessoas de direita acusando Wagner Moura de ser racista por apresentar um “marginal”, “assaltante de bancos” e “terrorista”, que não era negro (sic), como um homem de pele escura pela escolha de Seu Jorge para interpretá-lo.

Marighella era um homem que hoje certamente se diria negro em função da identidade e do autorreconhecimento, mas na época costumava dizer que era um “mulato baiano”, como se vê pela documentação conhecida e pela historiografia que o aborda. A escolha de Seu Jorge para interpretar o personagem, que aliás surgiu no projeto depois que o cantor Mano Brown declinou do convite em função de sua agenda de shows, tem a função de provocar a discussão sobre a dimensão de subalternidade a que estava submetido Marighella, condição essa que está presente na maioria do povo brasileiro, que encontra no herói negro algo de si. Há, portanto, o desejo evidente de se enfatizar a negritude de Marighella e colocá-lo a serviço das lutas antirracistas do presente.

Mesmo se admitindo que essa questão possa ter pesado em algumas de suas escolhas e também representar muito em diversos momentos de sua vida, tendo em vista que a história que se escreve deve ser pautada em elementos tomados das evidências disponíveis, que estão presentes na documentação, não é possível trazer a questão com a relevância que ela tem no filme, a não ser como algo autorizado pela liberdade de criação usada por Moura e por qualquer diretor que queira fazer um filme capaz de dialogar com um público mais amplo.

A respeito de tais escolhas, quase sempre pesam desconfianças de parte do público sobre se aquilo que estão vendo corresponde à verdade ou é peça de ficção. Todavia, como *Marighella* não é um filme-documentário, mas uma obra de ficção livremente inspirada na história do guerrilheiro baiano da ALN, a liberdade de criar dá a Wagner Moura a opção de traçar os caminhos que desejar, já que seu filme não pretende substituir a história. Ou seja, o compromisso com a verdade histórica é coisa dos historiadores, que, em todo caso, não tem o monopólio sobre o passado. Frente a isso, aos que ficam incomodados com os excessos de liberdades contidos no filme, o recomendável é que procurem a historiografia que trata do assunto, pois lá os elementos de prova estão presentes, como convém às obras escritas por historiadores. Sobre Marighella, por exemplo, cujo livro de Magalhães constitui uma competente biografia, está claro que a história foi tratada de forma romanceada, em que pese todo o esforço de pesquisa que ele contém, e não há nenhum problema de que seja assim em se tratando de um livro com essas características.

Marighella começou sua militância no PCB no início dos anos 1930 na Bahia. Quando estudante de Engenharia da Escola Politécnica, envolveu-se em escaramuças com o interventor da Bahia Juracy Magalhães e com a direção da Escola Politécnica. Abandonou o curso de Engenharia quando estava perto de se formar e partiu para o Rio já incumbido de cumprir tarefas no PCB. Na capital do país, em 1936, teve sua primeira prisão em função da repressão que se deu aos membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL), após os levantes de 1935. Marighella não teve envolvimento nos episódios que sacudiram alguns

quartéis do país, mas como era comunista e o PCB era a organização mais importante da ANL, foi preso em função da brutal repressão que sucedeu ao evento que entrou para a história com o nome de “Intentona Comunista”. Marighella seria novamente preso em 1939 em São Paulo, já sob a ditadura do Estado Novo, quando milhares de antifascistas foram presos em todo o Brasil, permanecendo na cadeia até 1945, sendo beneficiado pela Anistia decretada em abril de 1945.

Libertado depois de passar muitos anos em diversos presídios, inclusive em Fernando de Noronha e na Ilha Grande, Marighella foi lançado ao cargo de Deputado Federal constituinte, pela Bahia, nas eleições daquele ano. Teve pouco mais de cinco mil votos, sendo o único deputado eleito pelo PCB no seu estado de origem. Como deputado Assembleia Nacional Constituinte instituída em 1946, Marighella teve papel destacado, atuando ao lado de outros 13 deputados eleitos pelo PCB por diversos estados, mais o senador Luiz Carlos Prestes. Na constituinte, os comunistas cumpriram papel fundamental na luta por democracia e direitos para os trabalhadores e a maioria do povo.

No breve período em que foi parlamentar, Marighella se destacou pelas intervenções qualificadas, pela oratória segura e consistente e pela imensa capacidade de dialogar com as posições divergentes. Em maio de 1947 o PCB, que tinha a quarta maior bancada da Câmara de Deputados, teve seu registro suspenso por decisão do TSE, que considerou o partido uma agremiação estrangeira atuando no Brasil. Em janeiro de 1948, após tentar reverter a suspensão do registro no âmbito institucional sem obter sucesso, todos os parlamentares que haviam sido eleitos pela legenda foram cassados de forma arbitrária. Eram os tempos da Guerra Fria, tempos de uma imensa ofensiva anticomunista desencadeada no Brasil antes mesmo do discurso do ex-chanceler britânico Winston Churchill em Fulton, episódio considerado como marco de estabelecimento da tensão entre os Estados Unidos e a União Soviética que durou quatro décadas.

Depois de ingressar no PCB nos anos 1930, Marighella viveu na ilegalidade por quase toda a vida. Não importando se o país era uma democracia liberal ou uma ditadura, a vida do filho de seu Augusto e de dona Maria Rita era de perseguições, violência e tortura. Ainda assim, o comunista baiano continuou a ter papel destacado na organização dos trabalhadores em eventos importantes da nossa história, como a Greve dos 300 mil ocorrida em São Paulo, em 1953, e que teve em Carlos Marighella um dirigente destacado.

No PCB, Marighella era, também, um militante reconhecidamente importante, sendo um dos signatários da famosa Declaração de Março de 1958, documento que inflexionou a linha do partido, aproximando os comunistas brasileiros de uma concepção que vinha se desenvolvendo na Itália e que assumia a democracia como um caminho legítimo ao socialismo e apontava que os traços de desenvolvimento capitalista no Brasil estariam avançados, o que exigiria dos comunistas um redimensionamento na estratégia até então adotada. Tal documento, junto com o contexto de crise profunda criada pelos relatórios secretos do líder soviético Nikita Krushov, que apontavam os crimes de

Stalin, acabaram por abrir uma cisão no PCB em 1961, que deu origem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fundado no ano seguinte.

Foi, contudo, a partir da tumultuada conjuntura de fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, situação que não deixou de abrigar um pequeno ascenso de lutas no campo e nas cidades, que Marighella e seus companheiros saíram às ruas para defenderem a legalização do PCB, as reformas de base e a ampliação da democracia. Com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, os comunistas foram todos atingidos pelo recrudescimento de mais uma escalada repressiva, essa a mais feroz desde a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Esses aspectos da vida do comunista não são abordados pelo filme, mas de nenhuma forma o retrato que Wagner Moura apresenta de Marighella é menor ou limitado pelo corte em torno dos cinco últimos anos da sua vida.

Com o golpe de 31 de março de 1964, os comunistas recuam para a clandestinidade ainda mais tenaz e o filme traz uma série de elementos que dão a entender que a opção pela guerrilha não foi apenas uma escolha, mas quase um imperativo determinado pelas circunstâncias em que toda a oposição estava interdita. É verdade que não há espaço na película para maiores problematizações sobre o tema, posto que o diretor não levou para as telas as discussões que produziram diversas rupturas no PCB e nem também o imenso rol de organizações que surgiram e embarcaram na luta armada em fins dos anos 1960. Entretanto, para o espectador atento, essa questão permeia todo o filme e o espectador é provocado a buscar mais informações.

No dia 9 de maio, após resistir à perseguição e ao cerco policial de agentes da repressão que estavam no seu encalço, Marighella foi preso pela num cinema no Rio de Janeiro. Na ocasião, como tivesse resistido com bravura, chegando a gritar “abaixo a ditadura militar fascista” e dar vivas à democracia e ao Partido Comunista para que todo mundo testemunhasse, foi alvejado por tiros, disparados à queima-roupa, que lhe perfuraram o corpo. Solto em 31 de julho do mesmo ano por um *habeas corpus* impetrado pelo advogado Sobral Pinto, após passar 83 dias preso, dirigiu-se à redação do *Jornal do Brasil* para dar o testemunho da violência e brutalidade a que foi submetido e da exposição de inúmeras pessoas, inclusive crianças, que ficaram na linha de fogo das armas dos agentes da Ditadura. O episódio aparece no filme, compondo uma magnífica cena de ação que se conecta ao sentido que o diretor pretendeu atribuir à película.

Em 1965, Marighella publica *Por que resisti a prisão*, dando o testemunho sobre a sua prisão no cine Esky-Tijuca, no Rio. Entretanto, o livro é muito mais do que o esforço do militante comunista de apontar o caráter brutal da Ditadura e testemunhar sobre sua própria detenção. Através da dessa obra, Marighella inicia suas críticas públicas ao PCB, que o levaria a romper com o partido que militara por mais de 30 anos, dois anos depois dos eventos de sua prisão. Em fevereiro de 1968, o dirigente comunista se juntaria a outros militantes, a maioria dos quais dissidentes do PCB, para fundar a ALN, que veio a ser a mais importante organização da luta armada no Brasil nos tempos da Ditadura.

O filme *Marighella* retrata os últimos momentos do guerrilheiro baiano atuando pela ALN. A película começa pelo assalto ao trem pagador e retrata também uma ação de “expropriação” a um banco, exemplificando a forma como os revolucionários atuavam. “Expropriação” era o termo usado pelos guerrilheiros, que não queriam e nem podiam ser confundidos com assaltantes de banco, tendo em vista que tais ações tinham o objetivo político de criar as condições materiais para derrubar a ditadura. Inspirados no modelo de revolução cubana e nos feitos de Che Guevara, Fidel Castro e seus companheiros, o objetivo dos revolucionários era levar a guerrilha para o campo e, a partir daí, estabelecer o cerco às cidades, que deveriam apoiar os revolucionários, que tinham o objetivo de suprimir a Ditadura Militar.

Nem a ALN ou qualquer organização guerrilheira reuniu condições para ir para o campo. Muito antes disso, todos os grupos, que tinham sido criados para combater a Ditadura no seu momento mais duro, depois do AI-5, decretado em dezembro de 1968, foram desbaratados, tiveram seus militantes presos, torturados, desaparecidos ou simplesmente executados como terroristas que ameaçavam inocentes.

Enquanto reuniam esforços para iniciarem a guerrilha no campo, os guerrilheiros fizeram nas cidades as ações mais espetaculares. Dentre essas ações, algumas delas são mostradas no filme e tratadas com a complexidade que os temas merecem. Assim, o assalto ao trem pagador ou a execução de agentes da repressão, como aquela que se abateu sobre um militar estadunidense que treinava torturadores no Brasil, são representadas nas telas, com altos níveis de tensão.

Também a luta pela libertação dos presos políticos, que eram barbaramente torturados nas prisões do Estado terrorista, destaca-se como as mais eficazes ações das organizações guerrilheiras. Uma delas é abordada no filme, mas apenas secundariamente, tendo em vista o não-envolvimento de Marighella que, contudo, sofreu as consequências que vieram em seguida ao evento. Em setembro de 1969, numa ação que envolveu um comando da ALN e outro da Dissidência Guanabara, depois chamada Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), guerrilheiros sequestraram o embaixador estadunidense Charles Burke-Elbrick. A ação foi coroada de êxito nos seus objetivos de libertar 15 prisioneiros políticos e de ter um manifesto lido em rede nacional. Não obstante o fato de que a repressão tenha se intensificado e alcançado os guerrilheiros que realizaram o sequestro, inclusive Marighella, que não participou da ação e nem do planejamento, o episódio vem a ser um dos mais conhecidos da conjuntura, tendo sido, inclusive, enredo do premiado filme de Bruno Barreto, inspirado na obra homônima de Fernando Gabeira.

Após o sequestro de Elbrick, a repressão avançou de modo ainda mais brutal sobre os revolucionários, chamados de terroristas. Caçados em todo o território nacional como inimigos implacáveis do regime, inúmeros guerrilheiros foram aprisionados, outros foram mortos, dezenas ainda foram dados como 'desaparecidos' (eufemismo para o assassinato, quando os corpos não apareciam).

Em 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella foi morto numa emboscada levada a efeito pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. No filme de Wagner Moura, Fleury é o personagem Lúcio, interpretado por Bruno Gagliasso, que põe seu talento à prova para interpretar um dos maiores facínoras da história do Brasil, um papel para o qual dedicou muita energia e preparação.

O episódio da emboscada e execução de Marighella deu ensejo a uma *fake news* que circulou em 2019, quando da passagem do filme, produção e elenco pelo Festival de Berlim. Um artigo do investigador de polícia Aurílio Nascimento, colunista do jornal *Extra*, do Rio, baseado numa mentira sobre a morte da agente de polícia Estela Borges Morato, alvejada por tiros na ocasião, viralizou nos grupos de *Whatsapp*.³ Nascimento reproduz uma versão falsa do episódio da morte de Marighella, que está presente nos livros do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que inclui a policial como uma das “vítimas do terror”, pois teria sido alvejada pelo militante da ALN quando este resistiu ao assalto dos agentes de Fleury.⁴

Ocorre que o revolucionário não teve tempo de reagir à emboscada e à fuzilaria que o atingiu, como o atestam os documentos e os testemunhos do período, algo que pode ser encontrado em livros de história, todos sustentados em provas, e no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Ou seja, Estela foi morta por bala disparada por agentes da repressão, e isso também aparece no filme de Wagner Moura.

As questões trazidas pelo filme de Wagner Moura referem-se muito mais ao presente do que ao passado, como é incontornável numa obra cinematográfica. Não obstante, de nenhum modo o filme é simplista, equivocado ou apelativo para sentimentalismos ou aspectos comuns na ficção. Quanto a isso, ressalte-se a qualidade do tratamento do ser humano Carlos Marighella, tratado em suas múltiplas dimensões e complexidades, haja vista que não há excessos quando são abordadas suas relações com seu filho Carlinhos, sua esposa Clara e seus companheiros. Também se destaque a qualidade do argumento e das excelentes interpretações. Nesses aspectos, ecos de humanidade são ouvidos quando uma mãe (Gorete, personagem de Carla Ribas) precisa acolher um guerrilheiro baleado em sua casa, a pedido de sua filha (Bella, personagem de Bella Camero), para depois acusar Marighella de ter lhe tirado a jovem. Também quando o personagem Humberto (Humberto Carrão) se sacrifica em função do seu companheiro Jorge (Jorge Paz), dando a vida por este, que tinha mulher e filhos.

Quem quiser aprofundar no conhecimento de Marighella e encontrar personagens históricos e epistolares na luta armada, como Joaquim Câmara Ferreira (Almir, interpretado por Luis Carlos Vasconcelos), Virgílio Gomes da Silva (personagem de Jorge Paz), entre outros, o filme serve como incentivo para que se busque a historiografia, que é relativamente vasta e consistente. Quem procura, entretanto, uma obra de cinema que lhe inspire resistência, numa narrativa edificante sobre um momento fundamental de nossa história, o filme do ótimo ator baiano, que estreia como diretor, é, também, uma excelente pedida.

Pela qualidade da obra, que traz interpretações que receberam diversos elogios, como pelo fato de que *Marighella* (o filme e o personagem) suscita debates, sugere caminhos, aponta alternativas, expõe os erros e eventuais acertos de escolhas que foram feitas no passado e que devem servir para que todos sejamos capazes de aprender com a história, ainda que partindo de uma obra feita para o cinema, *Marighella* é um programa imperdível, um dos melhores filmes brasileiros da última década.

Referências:

- MAGALHÃES, Mario. **Marighella**. O guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EDUFBA, OLODUM, 1995.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Onde nascem os monstros: extrema direita, bolsonarismo e performance fascista**. Salvador: Quarteto, 2022.

Notas

- ¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2604693926694046>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4682-1659>. E-mail: zacasenajr@uol.com.br.
- ² JARDIM, Lauro. Maior bilheteria nacional em 2021, “Marighella” teve 16 vezes menos espectadores do que Homem-Aranha. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/maior-bilheteria-nacional-em-2021-marighella-teve-16-vezes-menos-espectadores-do-que-homem-aranha.html#:~:text=%22Marighella%22%20foi%20a%20maior%20bilheteria,em%20que%20ficou%20em%20cartaz>. Acesso em: 1º de ago. 2022.
- ³ NASCIMENTO, Aurílio. Lembrando Estela. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/comissario-de-policia/lembrando-de-estela-23459564.html>. Acesso em: 1º de ago. 2022.
- ⁴ Sobre o assunto, vejam-se SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. Em defesa da verdade sobre Marighella. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/02/20/em-defesa-da-verdade-sobre-marighella/>. Acesso em 1º de ago. 2022 e SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. Marighella: entre o fato, a fake news e a ficção. Disponível em <https://diplomatique.org.br/marighella-entre-o-fato-a-fake-news-e-a-ficcao/>. Acesso em: 1º de ago. 2022 (SENA JÚNIOR, 2022).

Recebido em: 1º de ago. 2022

Aprovado em: 11 de ago. 2022